

Noronha Nascimento e Pinto Monteiro não se entendem

Conflitos entre PGR e presidente do STJ agravam clima de crise na Justiça.

Susana Represas
susana.represas@economico.pt

É público e notório, embora oficialmente ninguém o confirme. As relações entre o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (a quarta figura do Estado) e o Procurador-Geral da República estão de tal forma degradadas que aumentam o mal-estar no sector e estão a complicar a resolução de um caso juridicamente complexo - Face Oculta.

Noronha de Nascimento não o escondeu, ontem, quando criticou a forma como o Ministério Público está a fazer chegar ao Supremo Tribunal de Justiça, o órgão responsável por validar escutas que envolvem o primeiro-ministro, a informação recolhida pelos inspectores da Polícia Judiciária. "Tem sido uma surpresa negativa" a forma como as escutas são enviadas para a sede do Supremo no Terreiro do Paço: "Têm chegado um pouco aos bochechos, aos bocadinhos. Não percebo como pode haver o envio de escutas telefónicas hoje, daqui a 15 dias, mais 15 dias... Não sei se não teremos de repensar toda a estrutura de investigação em termos de direito criminal". Embora Noronha do Nascimento recuse a palavra "guerra" a verdade é que o desentendimento entre os dois magistrados é antigo. Na voz de um ex-colega de ambos, "as divergências são o culminar de uma tensão de relações que nunca foram boas. É lamentável que tenha agora reflexos no dia-a-dia da Justiça".

E tem tido. A semana começou com o Procurador-Geral da República a assumir que já havia um "despacho conjunto" seu e de Noronha do Nascimento, não explicando o sentido dessa decisão (se a nulidade das escutas se a sua validação criminal), ao mesmo tempo em que pedia uma semana "para tornar tudo público". Terça-feira foi a vez de Noronha confirmar a existência dos despachos, acrescentando que cabia ao "Ministério Público dar mais esclarecimentos".

A verdade é que este pingue-pongue torna evidente que os mais altos responsáveis pela Justiça em Portugal não se entendem. Para o juiz Rui Rangel, estes responsáveis "deviam ter falado menos e com outra prudência", até porque desta forma, "estão a contribuir para agravar os baixos



Ontem o Procurador-Geral da República nada disse sobre o caso das escutas a Sócrates, que ele próprio confirmou existirem.



Noronha do Nascimento criticou ontem o Ministério Público por enviar-lhe as escutas que envolvem Sócrates aos "bochechos, aos bocadinhos".



O director nacional da Polícia Judiciária, Almeida Rodrigues, não comenta estas polémicas em torno do processo Face Oculta.

patamares de confiança dos cidadãos na Justiça". Rui Patrício, membro do Conselho Superior de Magistratura, também avalia negativamente o que tem acontecido: "Toda esta situação não contribuiu para a necessária credibilidade do sistema de Justiça e para o recato e a tranquilidade que devem estar associadas todas as decisões judiciais ou judiciais".

Na origem deste desentendimento estão as escutas realizadas entre Armando Vara, arguido no caso 'Face Oculta', e o primeiro-ministro. De acordo com o Código de Processo Penal, o chefe de Governo só pode ser escutado com autorização do presidente do Supremo. Mas Sócrates não foi o "alvo" da PJ, foi interceptado por acaso, por isso, a Judiciária tem, segundo o mesmo código, que, de 15 em 15 dias, informar o Ministério Público das escutas que realizou e a instituição presidida por Pinto Monteiro tem 48 horas para levar essas elementos ao juiz, que tem o dever de as validar.

Como se trata do primeiro-ministro terá de ser o presidente do Supremo decidir. A verdade é que as escutas a Sócrates arrastaram-se ao longo de meses, sem que Noronha do Nascimento se tenha pronunciado, o que contribuiu para a invalidação, pelo menos parcial, destas transcrições.

Noronha em confronto com Santos Cabral

No meio desta crise que assola a Justiça e a política, hoje é dia de nova eleição do presidente do Supremo. Noronha do Nascimento recandidata-se e terá pela frente Santos Cabral (também ele juiz conselheiro e ex-director nacional da PJ, afastado durante o primeiro governo de Sócrates) confrontam-se na disputa por um mandato de três anos à frente do mais alto cargo da magistratura que, por inerência, atribui também a presidência do Conselho Superior da Magistratura (o órgão máximo de todos os juizes). A eleição do presidente do Supremo é feita, apenas, com os votos dos 60 conselheiros.

A decisão de Santos Cabral foi tomada nos últimos dias, pelo que não houve direito a campanha. Até ontem, Noronha do Nascimento era dado como candidato único. Certo é que o modo de eleição do presidente do Supremo não é pacífico entre a magistratura. Acima de tudo, porque apenas os 60 conselheiros do Supremo são ouvidos na escolha do mais alto cargo da Justiça. ■

CRONOLOGIA

Sábado

O Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, confirma ao jornal Expresso que uma das nove certidões extraídas do processo se refere às escutas entre Sócrates e Vara.

Segunda-feira

Pinto Monteiro promete esclarecimentos "dentro de uma semana". Adianta que, em Setembro, foi proferido um despacho do presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Terça-feira

O Expresso avança que o STJ considerou nulas as escutas que envolvem o primeiro-ministro, mas em declarações oficiais Noronha do Nascimento recusou falar do assunto, remetendo esclarecimentos para o Pinto Monteiro. O PGR diz estar ainda a aguardar elementos solicitados à Procuradoria-Geral Distrital de Aveiro.